

Vasco Ribeiro\*

## Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.<sup>a</sup> Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC

**R E S U M O** | Com apenas catorze meses de atividade, a 5.<sup>a</sup> Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas foi a primeira estrutura responsável pela comunicação entre um poder que conduzirá ao atual regime democrático e a opinião pública portuguesa. Neste pressuposto, o presente artigo tem o objetivo de 1) descrever diacronicamente o papel que a 5.<sup>a</sup> Divisão teve no PREC (1974-1975) e 2) tentar compreender se a 5.<sup>a</sup> Divisão esteve às ordens do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, como se fosse um gabinete de comunicação governamental. Esta investigação assentou metodologicamente na análise de obras biográficas e autobiográficas de agentes políticos e militares do referido período histórico, sendo ainda complementada com entrevistas de elite a protagonistas da época com ligações à 5.<sup>a</sup> Divisão. O encadear dos acontecimentos, figuras, autores e teorias permitirá perceber melhor o papel da 5.<sup>a</sup> Divisão no processo revolucionário, designadamente enquanto veículo privilegiado dos militares para a propagação dos ideais de Abril.  
Palavras-chave: 5.<sup>a</sup> Divisão, PREC, Propaganda, Comunicação Política.

**A B S T R A C T** | With only fourteen months of activity, the 5th Division of the Major-General Commanding of the Portuguese Army was the first structure responsible for communication between a power that will lead to the democratic regime and the Portuguese public opinion. On this assumption, this paper aims to 1) diachronically describe the role that the 5th Division had in PREC (1974-1975) and 2) try to understand the 5th Division was under the orders of Prime Minister Vasco Gonçalves as if it were an office of government communication. This investigation was based on methodologically analysis of biographical and autobiographical works of political and military actors of that historical period, and further complemented with interviews of the elite players of the time with links to the 5th Division. The chain of events, figures, authors and theories will better understand the role of the 5th Division in the revolutionary process, namely the military as a privileged vehicle for the propagation of the ideals of April.  
Keywords: 5th Army Division, April 25, Propaganda, Political communication.

### 1. Metodologia

O ponto de partida foi a seleção bibliográfica de obras que descrevem, direta ou indiretamente, a atividade da 5.<sup>a</sup> Divisão. Muito restrita a obras de caráter testemunhal e de autorreferenciação, esta investigação recorreu igualmente a um conjunto de trabalhos académicos que descrevem e analisam politicamente os anos de 1974 e 1975 e, em concreto, a ação da 5.<sup>a</sup> Divisão.

Decidimos também recorrer a entrevistas, numa lógica de história oral, como forma de conhecer melhor e validar historicamente o encadear dos acontecimentos que envolveram a 5.<sup>a</sup>

---

\* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*Divisão*. A vantagem das entrevistas centra-se ainda no facto de serem muito flexíveis, permitindo que as respostas dadas pelos entrevistados resultem do desenvolvimento da conversa<sup>1</sup>. Optou-se, então, pelas entrevistas de elite ou também chamadas de “posição de perito”<sup>2</sup>. Já quanto ao modelo, escolheu-se a entrevista semidirectiva ou semidirigida, o que permitiu, através de um questionário previamente definido, alcançar um maior grau de profundidade dos assuntos mas, por outro lado, impedir demasiadas variações ou afastamentos do tema. Refira-se que o principal intuito destas entrevistas foi validar acontecimentos e factos e, não tanto, recolher citações ou alocações conceptuais.

Considerando o protagonismo que assumiram à época no aparelho militar e, dada a natureza da revolução, no processo político então vivido, foram seleccionados para as entrevistas o coronel Varela Gomes, o general Loureiro dos Santos, o coronel Vasco Lourenço e o coronel Otel Saraiva de Carvalho.

O primeiro militar, Varela Gomes, esteve na génese da 5.ª *Divisão* e permaneceu, até ao último momento, como um dos seus principais efetivos. O general Loureiro dos Santos desenvolveu reconhecida atividade ao serviço da 5.ª *Divisão* e, mais relevante ainda, participou na comissão que encerrou esta unidade do Estado-Maior General das Forças Armadas. Por fim, os coronéis Vasco Lourenço e Otel Saraiva de Carvalho lideraram diferentes cúpulas militares que superintenderam a 5.ª *Divisão*, estando por isso envolvidos quer na criação, quer no ocaso desta unidade.

Justificadas as escolhas dos entrevistados, informa-se que, para a leitura deste artigo ser mais fluida e com a maior identificação das fontes, optou-se, quanto à apresentação, por incluir os excertos destas quatro entrevistas em *itálico* e entre apóstrofos (‘).

## 2. A criação da 5.ª *Divisão*

O 25 de Abril de 1974 trouxe a democracia a Portugal por iniciativa do Movimento dos Capitães, que, logo numa das suas primeiras ações, procurou, paradoxalmente, controlar os principais meios de comunicação social nacionais<sup>3</sup>. Do seu programa político, apresentado a 27 de abril, constava ainda uma profunda revolução político-institucional do Estado<sup>4</sup>, com medidas de curto prazo que passavam por instituir a “liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma”<sup>5</sup>, e o compromisso de “uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”<sup>6</sup>.

O I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos<sup>7</sup> e com pastas governativas partilhadas entre os principais líderes partidários, não aguentou mais de um mês e meio no poder. Seguiu-se o II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves<sup>8</sup>, que toma posse a 12 de julho.

E foi durante a governação deste primeiro-ministro que se registaram decisões e ações políticas que promoveram a utilização dos órgãos de comunicação social como veículo

<sup>1</sup> Luc Van Campenhoudt; Raymond Quivy, *Manual de investigação em ciências sociais* (Lisboa: Gradiva, 2008).

<sup>2</sup> Pedro Demo, *Metodologia científica em ciências sociais* (São Paulo: Atlas, 1995), 48.

<sup>3</sup> Marco Gomes, *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)* (Coimbra: MinervaCoimbra, 2009), 111.

<sup>4</sup> Este documento histórico destituía de imediato o Presidente da República, dissolvia a Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho de Estado assim como todas as formas de poder executivo e legislativo a nível nacional, regional e ultramarino. Por sua vez, instituiu o exercício do poder político pela Junta de Salvação Nacional (JSN), que, para além de um extenso rol de medidas de governação, reconheceu o general António Spínola como primeiro Presidente da República da III República e assumiu o compromisso de nomear um Governo Provisório civil.

<sup>5</sup> MFA, *O Programa do MFA e dos Partidos Políticos* (Lisboa Edições Acrópole, 1974), 11.

<sup>6</sup> *Idem*

<sup>7</sup> Primeiro-ministro de Portugal do I Governo Provisório (entre 16 de maio e 9 de julho de 1974).

<sup>8</sup> Primeiro-ministro de Portugal do II, III, IV e V Governos Provisórios (entre 12 de julho de 1974 e 30 de agosto de 1975)

ideológico<sup>9</sup>. Aliás, Vasco Gonçalves demonstrou, logo no seu discurso de tomada de posse, uma enorme preocupação com a influência da comunicação social num processo de democratização.

“Nesta tarefa de reconstrução nacional tem papel fundamental a esclarecida e lúcida ação de todos os órgãos de comunicação social. A objetividade e sentido das grandes responsabilidades nacionais dos trabalhadores da informação, desde os tipógrafos aos diretores de jornais, passando pelos redatores, serão um poderoso estímulo para a educação de mobilização de vontades, na edificação de um Portugal novo (...) fundamental para a consciencialização e democratização do povo português”<sup>10</sup>.

Comportamento que parece ser coincidente com o facto de Vasco Gonçalves, então coronel de engenharia, ter tido um papel relevante na ativação da divisão militar incumbida das relações públicas do MFA: justamente, a *5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas* (EMGFA)<sup>11</sup><sup>12</sup>. Trata-se de um departamento criado em meados de junho de 1974, por iniciativa do General Costa Gomes, que fica inicialmente instalado no mesmo espaço da *Comissão Coordenadora do Programa do MFA*: o Palácio da Cova da Moura.

Neste palácio lisboeta, o então coronel Vasco Gonçalves era o militar mais graduado, o mais velho e um reconhecido “lutador antifascista há mais de trinta anos”<sup>13</sup>. Por isso, “é designado chefe da *5.ª Divisão*”<sup>14</sup>. Facto confirmado por Varela Gomes, na entrevista que nos concedeu: ‘*Vasco Gonçalves foi nominalmente o primeiro chefe da 5.ª Divisão*’, garantiu.

Esta é, aliás, uma opinião parcialmente partilhada por Loureiro dos Santos, Otelio Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço, só que este último coronel faz uma ressalva:

‘*Quando se diz que foi o Vasco Gonçalves que criou a 5.ª Divisão, não foi o Vasco Gonçalves! Foi a Comissão Coordenadora onde ele era o mais graduado (...)*’ (Vasco Lourenço)

Porém, mesmo não existindo nenhum registo oficial desta estrutura<sup>15</sup> que o nomeasse ou designasse para o cargo, é o próprio Vasco Gonçalves que o assume, numa entrevista a Maria Manuela Cruzeiro:

“Sendo o mais graduado, fui nomeado chefe da *5.ª Divisão* (...). Dada a importância e complexidade dessas tarefas, e os trabalhos que absorviam totalmente os oficiais da *Comissão Coordenadora*, a *5.ª Divisão Militar* criou os seus quadros”<sup>16</sup>.

Mas, nos primeiros meses da revolução, a *5.ª Divisão* “não progredia”<sup>17</sup> por obstáculos logísticos e desconfianças do próprio Presidente da República, general António Spínola:

“Logo após a posse do [II] Governo, a Comissão Coordenadora, inspirada na Revolução Cubana, lançava a ideia de uma ‘campanha militar’ de esclarecimento, com vista à politização das populações rurais. (...) Não obstante, pouco tempo depois a *5.ª Divisão do Estado-Maior*

<sup>9</sup> João Figueira, *Os jornais como atores políticos: O Diário de Notícias, o Expresso e o Jornal Novo no Verão Quente de 1975* (Coimbra: MinervaCoimbra, 2007), 44.

<sup>10</sup> Vasco Gonçalves cit. in Augusto Paulo da Gama, *Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório*. Augusto Paulo da Gama, *Vasco Gonçalves: Discursos, conferências de imprensa e entrevistas* (Porto: São Braz, 1976), 19.

<sup>11</sup> A figura de uma *5.ª Divisão* nasce da adaptação do modelo de organização militar dos EUA do pós-II Guerra Mundial. Em Portugal só surgem em 1961, nomeadamente na Guiné, e estariam encarregues daquilo que os militares chamavam de *ACAP – Assuntos Cívicos/Ação Psicológica*.

<sup>12</sup> O EMGFA, ao serviço da JSN, foi reorganizado em cinco divisões militares: 1ª Pessoal, 2ª Informações, 3ª Operações, 4ª Logística e 5ª Relações Públicas, de acordo com o ‘Decreto-Lei 400/74 de Reorganização do EMGFA de 29 de agosto de 1974, Diário do Governo, 1º Serie, Nº 201 (15)’, in *1ª Série*, in *Diário do Governo* (1974).

<sup>13</sup> Luís Lopes, *Vasco Gonçalves* (Lisboa: QuidNovis, 2009), 11.

<sup>14</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975* (Lisboa: Ler Editora, 1984), 16.

<sup>15</sup> A primeira ordem de serviço da *5.ª Divisão* do EMGFA foi lançada no dia 28 de junho de 1974 e serviu para chamar oficiais ao serviço.

<sup>16</sup> Vasco Gonçalves cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002), 256.

<sup>17</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 26.

*General das Forças Armadas* torneava a questão através de um ardiloso plano, apresentado pelo General Costa Gomes à *Junta de Salvação Nacional* como imperativo de manter as unidades em funcionamento”<sup>18</sup>.

Também Maria Inácia Rezola assevera que “Spínola se opõe, terminantemente, à ideia [de criar uma 5.ª Divisão] mas não tem forças para a travar”<sup>19</sup>. Já Sónia Vespeira de Almeida refere que só houve materialização desta estrutura no pós-28 de Setembro<sup>20</sup>.

O próprio primeiro-ministro Vasco Gonçalves veio a admitir, mais tarde, as dificuldades criadas pelo então presidente Spínola:

“Não tínhamos tido a possibilidade, enquanto o general Spínola foi Presidente da República, de expandir a dinamização cultural [um dos principais braços da 5.ª Divisão]”<sup>21</sup>.

A gorada manifestação de apoio ao general Spínola, a 28 de Setembro de 1974, através da mobilização daquilo a que chamaram *Maioria Silenciosa*<sup>22</sup>, viria a precipitar a demissão do “general do monóculo” e, conseqüentemente, a reforçar as forças político-militares mais à esquerda<sup>23</sup>.

O general Costa Gomes<sup>24</sup> é, então, indigitado Presidente da República pela *Junta de Salvação Nacional* e a 5.ª Divisão assume, finalmente, as funções para as quais foi criada: ser a estrutura militar do MFA “responsável pela comunicação social (...) e informação pública”<sup>25</sup> ou, como também foi muitas vezes descrita, pelas “relações exteriores”<sup>26</sup>. Ou ainda, como Maria Inácia Rezola referiu, ser “a agência de propaganda”<sup>27</sup> do COPCON<sup>28</sup>.

De outubro a dezembro de 1974, o MFA reorganiza-se numa estrutura de poder colegial, encimado pelo chamado *Conselho dos Vinte*. Neste período, a 5.ª Divisão começou a crescer e foi expandindo os seus serviços por vários edifícios da capital. Transfere-se então para o Palácio Foz, nos Restauradores, em outubro de 1974, num ambiente de grande azáfama:

“Curiosos a perguntarem por filmes, máquinas de projetar, estruturas de ação cultural, foram encarados com crescente expectativa, o que não impediu que como primeiras instalações tivesse sido cedido um corredor, onde com muita dificuldade, lá se foram arrumando umas cadeiras e umas mesas...”<sup>29</sup>

Também no mesmo período passaram a ocupar o 2.º andar do Edifício ‘Grão-Pará’<sup>30</sup>, na Rua Castilho, partilhando assim o mesmo prédio da 2.ª Divisão Militar do EMGFA, dedicada às “Informações Militares”. Mais tarde, vieram ocupar o Centro de Sociologia Militar<sup>31</sup>, na Rua das Necessidades, e o Quartel das Janelas Verdes. O comando da 5.ª Divisão ficou sempre no Palácio

<sup>18</sup> António de Spínola, *País Sem Rumo* (Lisboa: Scire, 1978), 181.

<sup>19</sup> Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. (Lisboa: Esfero do Livro, 2007), 95.

<sup>20</sup> Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)* (Lisboa: Edições Colibri, 2009), 75.

<sup>21</sup> Vasco Gonçalves cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 162.

<sup>22</sup> Uma expressão usada pelos opositores a Salvador Allende.

<sup>23</sup> Ver António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Alfa, 1992). e também L. Pereira Gil, *Processo de uma Revolução* (Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1979).

<sup>24</sup> Presidente da República entre 30 de setembro e 13 de julho de 1976.

<sup>25</sup> Henrique Soares, Fernando Humberto, José Araújo, Maria dos Anjos Pinheiro, e Esmeralda Serrano, ‘Era Uma Vez Um Milénio’, (Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 1999).

<sup>26</sup> José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975* (Lisboa: Jornal ‘Expresso’, 1976), 77.

<sup>27</sup> Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, 113.

<sup>28</sup> COPCON é a abreviatura de “Comando Operacional do Continente” e tinha como líder Otelo Saraiva de Carvalho. Este organismo criado em 12 de julho de 1974 desenvolvia ações do cariz daquela que empreendeu na madrugada de 28 de Setembro ao sabotar a manifestação da *Maioria Silenciosa* ou capturar indivíduos que, de alguma forma estivessem conotados com ações reacionárias.

<sup>29</sup> SA, *MFA - Dinamização Cultural, Ação Cívica* (Lisboa: Edições Ulmiro, 1976), 19.

<sup>30</sup> Atual Edifício Castil, que era apelidado, por José Gomes Mota, como o “covil da 5.ª Divisão”. Ver: José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975*. (Lisboa: Jornal ‘Expresso’, 1976), 147.

<sup>31</sup> Atual Instituto de Defesa Nacional.

da Cova da Moura.

Importa sublinhar que a expansão da 5.ª Divisão e a sua crescente influência político-militar não resultaram apenas da radicalização do processo revolucionário, na sequência do 11 de março<sup>32</sup>. Para a notoriedade então alcançada, foi também relevante a autopromoção que a 5.ª Divisão fez no primeiro *Boletim do MFA*, lançado a 9 de setembro de 1974 com o objetivo de assinalar o aniversário da primeira reunião do *Movimento dos Capitães*. Neste número, a 5.ª Divisão publicou um quadro com as suas competências e apelou à participação e mobilização revolucionárias, cedendo um local de atendimento e quatro linhas telefónicas para “todas questões postas pelos militares”<sup>33</sup>.

O coronel Varela Gomes descreveu um desses momentos:

*‘Havia muitos civis, oficiais em trânsito, milicianos em serviço militar que andavam por lá sem fazer nenhum. (...) Até mulheres apareceram por lá! Por exemplo, umas datilógrafas que saíram de um serviço do extinto Ministério do Interior. Eram umas 15 senhoras! Quando vi disse: “O que é isto?! Onde é que a gente as vai sentar?!” Lá nos vimos ensarilhados para nos libertar delas.’ (Varela Gomes)*

Esta grande movimentação de militares impediu que os entrevistados deste trabalho avançassem com um número, real ou aproximado, de efetivos pertencentes a esta estrutura. No entanto, o general Loureiro dos Santos garante que a 5.ª Divisão apresentava ‘uma dimensão razoável e tinha muita gente’.

### 3. Estrutura e atividade desenvolvida

‘Antes de mais, a criação da 5.ª Divisão enquadrou-se no processo de reestruturação de todo o EMGFA’ (Vasco Lourenço), nomeadamente na colocação dos militares que se encontravam no *Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA)*<sup>34</sup>.

“Será, com efeito, através do redimensionamento do EMGFA que se canalizará a ação política da instituição militar entre 1974 e 1975”<sup>35</sup>.

Com efeito, e tal como o demonstra António Reis, “a 5.ª Divisão (...) passaria a ter um importante e influente papel neste novo contexto”<sup>36</sup>.

A atividade da 5.ª Divisão distribuía-se por quatro comissões ou centros: 1) a *Comissão Dinamizadora Central (CODICE)*, que era responsável pela realização de campanhas de dinamização cultural, sessões de esclarecimento, apoio artístico e técnico; 2) o *Centro de Esclarecimento e Informação Pública (CEIP)*, que publicava o *Boletim do MFA*, emitia um programa de rádio, produzia conteúdos para televisão, rádio e imprensa e compunha músicas de cariz revolucionário; 3) o *Centro de Sociologia Militar*, que organizava cursos, estágios, colóquios e conferências e preparava atos celebrativos; e 4) o *Centro de Relações Públicas*.

Mas a CODICE assumir-se-á como a principal marca da 5.ª Divisão, sendo até descrita como uma ideia extraordinária<sup>37</sup>. Como explica Sónia Vespeira de Almeida, a força da ação da CODICE era um dos pilares públicos do MFA, ao ponto de, aos olhos da população, denominações como “os militares”, “o MFA”, “a dinamização cultural”, “as campanhas” ou “a 5.ª Divisão” serem sinónimos<sup>38</sup>. Tanto assim que esta comissão conseguia remeter, pelo menos no

<sup>32</sup> A 5.ª Divisão fica até encarregue da realização e condução de uma *Comissão de Inquérito ao 11 de março* e publica um livro: MFA, *Relatório Preliminar do 11 de março de 1975* (Lisboa: MFA, 1975).

<sup>33</sup> MFA, “Organização da 5.ª Divisão”, *Boletim do MFA*, (9 de setembro de 1974, Lisboa, 1975), 5.

<sup>34</sup> Organismo do EMGFA que vinha do período da ditadura e era conhecido por difundir a lista dos «Mortos ao Serviço da Pátria».

<sup>35</sup> José Medeiros Ferreira, “Portugal em Transe”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 2001), 182.

<sup>36</sup> António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, 33.

<sup>37</sup> Vasco Lourenço cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço: Do Interior da Revolução*, 340.

<sup>38</sup> Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)*, 54.

início do processo revolucionário, a opinião pública portuguesa para um “imaginário social de libertação, um centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e contra a injustiça”<sup>39</sup>.

Neste contexto, os programas de dinamização cultural tinham cinco linhas mestras: a luta antifascista, o estabelecimento do *Programa do MFA*, o apoio às Forças Armadas, a isenção partidária e a promoção da inteligência política de atuação<sup>40</sup>. Estes programas eram sempre executados pelos próprios militares, sob a coordenação do tenente médico-naval Ramiro Correia, tido como o ideólogo da 5.ª Divisão. Um tema que será retomado mais tarde, neste trabalho.

O *Centro de Relações Públicas* – que era, de acordo com o coronel Varela Gomes, o ‘maior em número de efetivos militares e que disponibilizava o maior volume de serviço ao EMGFA’ – tinha como objetivo central “satisfazer as necessidades do Estado-Maior do COPCON no que refere à ação psicológica e de relações públicas”<sup>41</sup>. Circunstância que, na prática, se traduzia por gerir uma secção de análise e triagem de informação, estudar “estatisticamente os problemas que mais preocupavam a opinião pública”<sup>42</sup> e manipular a correspondência dos CTT, “através do controlo das linhas hierárquicas da empresa”<sup>43</sup>.

A 11 de março de 1975 – uma “inventona”<sup>44</sup> perpetrada por spinolistas e outras fações mais à direita, depois de ludibriados pelo boato<sup>45</sup>, lançado por militares do MFA, de que o COPCON e a LUAR<sup>46</sup> tinham uma lista de oficiais e civis conservadores a abater (a “matança da Páscoa”) – provoca nova viragem à esquerda do periclitante regime político. Na noite de 11 para 12 de março realizou-se a “assembleia selvagem” do MFA, na qual foi criado o *Conselho da Revolução* e nacionalizados vários setores económicos, bem como a maioria dos títulos da imprensa: *O Século* (e respetivas publicações: *Vida Mundial*, *Século Ilustrado*, *Modas e Bordados* e *Jato*), *A Capital*, *Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto* e *Diário Popular*. A estes órgãos de informação devemos juntar ainda a RTP, a *Emissora Nacional* e a *Agência Noticiosa Portuguesa* (ANOP), o que consubstanciava uma clara hegemonia dos meios de comunicação social estatais no espectro mediático português.

A 5.ª Divisão, em particular, controlava várias redações estatais e estatizadas (principalmente depois do 11 de março), tais como a RTP, a *Emissora Nacional* (EN), o *Rádio Clube Português*, o *Diário de Notícias* e o *Século*. Havia, até, quem defendesse que estes jornais diários “não passavam de seus [da 5.ª Divisão] boletins de informação”<sup>47</sup>.

A 31 de março, por despacho de Vasco Gonçalves, foi nomeado como presidente do Conselho de Administração da RTP o tenente-coronel Tavares Galhardo, um “oficial que merecia a confiança da 5.ª Divisão”<sup>48</sup>. Na mesma data assiste-se à entrada do coronel Marcelino Marques na administração do *Diário de Notícias* e, na segunda semana de abril, os jornalistas Luís de Barros e José Saramago ocupavam os cargos de diretor e diretor-adjunto do jornal, respetivamente. Por seu turno, a 12 de junho, o capitão-tenente Manuel Bouza Serrano e o capitão-engenheiro Jorge

<sup>39</sup> Boaventura Sousa Santos cit. in Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)* (Lisboa: Edições Colibri, 2009), 75.

<sup>40</sup> Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *Abril nos Quartos de Novembro* (Lisboa: Bertrand, 1979).

<sup>41</sup> Varela Gomes, *A contra-revolução de fachada socialista* (Lisboa: Ler Editora, 1981), 3; Maria Carrilho, “As Forças Armadas”, in *Portugal 20 anos de democracia*, dir. António Reis (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 153.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 246.

<sup>43</sup> *Idem*, 249.

<sup>44</sup> Termo usado nas seguintes obras: A. Neves Analecto, *A Inventona do 28 de Setembro: Quem a Fez?* (Lisboa: Edição do Autor, 1976) e António Maria Pereira, *A Brula do 28 de Setembro* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1976).

<sup>45</sup> Costa Gomes cit. in Alexandre Manuel, *Costa Gomes: Sobre Portugal* (Lisboa: Regras do Jogo, 1979), 66.

<sup>46</sup> Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), organização antifascista liderada por Hermínio da Palma Inácio, ex-militar da Força Aérea.

<sup>47</sup> José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente De 1975*, pag: 144.

<sup>48</sup> *Idem*, 59.

Alves assumem a direção da *EN*.

Esta “dança das cadeiras” na comunicação social é, aliás, admitida e justificada no *Livro Branco da 5.ª Divisão*:

“Também em consequência da derrota do golpe contrarrevolucionário de 11 de março – e em virtude de terem sido consideradas pouco claras, ou mesmo suspeitas, determinadas atuações – verificaram-se alterações significativas nos quadros diretores dos principais órgãos de comunicação social”<sup>49</sup>.

Do mesmo livro consta um documento da autoria do capitão Duran Clemente, descrevendo a dificuldade que o oficial teve para alterar o alinhamento do noticiário da *EN* no dia 11 de março<sup>50</sup>. Facto que, por si só, é revelador do espírito que imperava na 5.ª Divisão.

“Foi-me necessário impor com energia a interrupção do noticiário normal e a sua substituição por um programa militar sob a responsabilidade do *EMGFA/5.ª Divisão*. Embora com relutância, a direção da *EN* anuiu (...)”<sup>51</sup>

Arons de Carvalho fala de controlo e manipulação de informação no período gonçalvista e dá, entre outros, o exemplo da tentativa de tornar obrigatória, por lei, a publicação das notas e comunicados oficiais dos órgãos de soberania<sup>52</sup>. Mário Mesquita glosa o facto de “militares experimentados em campanhas de ‘ação psicológica’ nas colónias”<sup>53</sup> estarem a disputar a “preponderância na televisão, na rádio e nos jornais”<sup>54</sup>. José Freire Antunes descreve a 5.ª Divisão como “um cordão umbilical”<sup>55</sup> entre gonçalvistas e comunicação social. Helena Lima caracteriza-a como “uma máquina de propaganda”<sup>56</sup>, que servia para influenciar a opinião pública e conquistar apoiantes para as medidas gonçalvistas. Ricardo Miguel Gomes equipara o comportamento revolucionário perante os *media* ao da própria ditadura estado-novista, uma vez que, também no PREC, existiu uma censura imposta de “cima para baixo, através da pressão governamental, partidária e sobretudo militar”<sup>57</sup>.

Estes académicos salvaguardam, porém, que nem sempre o *MFA* teve sucesso neste processo de conquistar a opinião pública através do controlo de uma imprensa alinhada. Para além da falta de unidade política no seio do próprio *MFA* e da existência de outros agentes governamentais, a proliferação de empresas de comunicação social ligadas às diferentes e antagónicas correntes políticas dificultou os intentos propagandísticos dos militares e dos seus governos provisórios. “Uma informação em pantanas”<sup>58</sup>.

Por último, também ficou enraizada a ideia de que a 5.ª Divisão era o porta-voz do *MFA*. Mas, para Varela Gomes, isso aconteceu porque no cabeçalho do primeiro *Boletim do MFA* aparecia a assinatura da 5.ª Divisão como entidade responsável pela “edição” daquele que era o principal órgão de informação do movimento.

<sup>49</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 59.

<sup>50</sup> Este interessante documento, intitulado *Participação do capitão Duran Clemente*, relata a igual tentativa de ingerência no alinhamento do noticiário por parte de Mário Soares e Manuel Alegre (este último era na altura funcionário da EN).

<sup>51</sup> *Ibidem*, 49.

<sup>52</sup> Alberto Arons de Carvalho, *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa* (Lisboa: Direção-Geral da Comunicação Social, 1986), 256-261.

<sup>53</sup> Mário Mesquita, ‘Estratégias Liberais e Dirigistas na Comunicação Social de 1974-75 - Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa’, *Revista Comunicação e Linguagens*, 8 (1988), 85-113.

<sup>54</sup> *Ibidem*, 113.

<sup>55</sup> José Freire Antunes, *O segredo do 25 de Novembro* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1980), 67.

<sup>56</sup> Helena Lima, “Os diários portuenses e os desafios da atualidade na imprensa: Tradição e ruturas” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2008), 170.

<sup>57</sup> Ricardo Miguel Gomes, “A imprensa diária portuense no período revolucionário de 1974-75”, in *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*, dir. Manuel Loff; Conceição Meireles Pereira (Porto: Editora UP, 2004), 242.

<sup>58</sup> Alexandre Pais, e Ricardo da Silva, *Capitães de Abril*. Vol. II (Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1975), 99.

#### 4. A «dinamização cultural» e o desgaste da 5.ª Divisão

O próprio Presidente da República, general Costa Gomes, reconhece, mais tarde, ter tido dúvidas quanto à composição e aos propósitos das *Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA*, por considerar que “a sua composição, essencialmente militar, não oferecia as condições políticas, intelectuais e técnicas”<sup>59</sup> para a consciencialização política. Mas também porque “houve alguns elementos da 5.ª Divisão e das brigadas de dinamização cultural que iam fazer propaganda política, de forma tosca e agressiva, contrariando frontalmente o sentir das populações”<sup>60</sup>.

O tom de contestação era um facto e alguns casos eram mesmo descritos pelo próprio *Boletim do MFA*. Um dos casos ocorreu numa povoação de Viseu:

“Em Dade as pessoas arrancaram cartazes que anunciavam uma sessão de esclarecimento (...). Fugiram dos militares que lá iam para conversar com elas, tocaram os sinos a rebate, meteram-se em suas casas e insultaram os elementos das FA, a coberto do escuro da noite. (...). Não desistiram os homens do MFA. Voltaram no dia seguinte. Falaram com as pessoas. Mostraram quem são e o que querem fazer com o Povo. E as pessoas foram-se chegando aos poucos, perguntaram e viram como era diferente do que lhes tinham dito. Não foi fácil. Este estender de mãos.”<sup>61</sup>

Curioso é também constatar que a ideia da criação de uma divisão militar portuguesa, à imagem do modelo norte-americano e que ficasse responsável pelas relações públicas, partiu do próprio general Costa Gomes, ainda durante o regime anterior.

“Ela [a 5.ª Divisão] pretendia ter atividades de ação psicológica junto das populações [do Ultramar], dando-lhes a conhecer o papel das Forças Armadas, além de construir um importante elo de ligação”<sup>62</sup>

Sónia Vespeira de Almeida demonstrou que, enquanto agentes de uma agenda revolucionária, estes militares conseguiram “estabelecer um intenso diálogo com a cultura popular de matriz rural”<sup>63</sup>, mesmo tendo uma “retórica de visibilidade”<sup>64</sup> que contrastava abruptamente com 41 anos de obscurantismo ditatorial de Salazar e Marcelo Caetano.

“Ao procurar legitimar a sua versão de Portugal, os protagonistas das *Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA* revelaram uma sensibilidade antropológica lida não só nas diferentes descrições de ruralidade que surpreenderam, como também na utilização que fizeram de alguns conceitos fundadores da antropologia, como «cultura» e «outro»<sup>65</sup>.

Também Vasco Gonçalves aponta o dedo a quem sempre tentou acabar com as “campanhas de dinamização”:

“Eram uma ameaça concreta ao caciquismo, ao conservadorismo, ao tradicionalismo (no pior sentido), ao obscurantismo que faziam essas populações aceitar passivamente as condições de vida herdadas do passado”<sup>66</sup>.

Também Loureiro dos Santos recorda que as *Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA* ‘criaram graves perturbações no norte do país e com os dirigentes políticos da altura’.

#### 5. Muita produtividade ou o extravasamento das competências?

<sup>59</sup> Costa Gomes cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 263.

<sup>60</sup> *Ibidem*, 328.

<sup>61</sup> Boletim do MFA, de 22 de abril de 1975.

<sup>62</sup> Costa Gomes cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal*, 327.

<sup>63</sup> Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)*, 385.

<sup>64</sup> *Ibidem*, 385

<sup>65</sup> *Ibidem*, 386

<sup>66</sup> Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 256.

A 5.ª Divisão durou 14 meses e, de entre as suas atividades, destacam-se as mais de duas mil sessões de esclarecimento e educação realizadas por todo o país<sup>67</sup>; programas de rádio diários com uma média de duas horas; programas televisivos para a RTP; *spots* publicitários; publicação de um semanário – o *Boletim do MFA* – com 120 mil exemplares de tiragem e 25 números distribuídos; bandas desenhadas<sup>68</sup>, desenhos e cartazes propagandísticos desenvolvidos por reconhecidos artistas<sup>69</sup>, como *O Povo está com o MFA*, *MFA: Sentinela do Povo*, *MFA, Vasco, Povo: Povo, Vasco, MFA*; músicas<sup>70</sup> como a *Força, Força, Companheiro Vasco*; difusão de poemas da autoria de conceituados poetas e escritores<sup>71</sup>; atendimento e resposta a todas as solicitações do *MFA*; envio de informação e organização de ações com as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo; publicação do *Programa do MFA* em várias línguas; e dezenas de conferências, colóquios e seminários orientados por especialistas nacionais e internacionais.

Também são relatadas, sem provas concretas, pelos próprios militares da 5.ª Divisão e pelos seus opositores políticos algumas intervenções menos ortodoxas que espelhavam a tensão política sentida neste período, como o desaparecimento dos arquivos da *PIDE/DGS*<sup>72</sup>; o combate à informação do movimento de extrema-direita, *MDLP*<sup>73</sup>; a perseguição, manipulação e controlo de órgãos de comunicação social, em particular nos casos *Renascença* ou *República*<sup>74</sup>; o saneamento e reclassificação de militares e funcionários públicos considerados reacionários<sup>75</sup>; ou ainda a detenção de jornalistas, como foi o caso de Manuela Preto, da agência *France Press*, por “prática do crime de associação criminosa”<sup>76</sup>.

A 5.ª Divisão é também recriminada por ter apelado ao voto em branco nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975, à semelhança de outras forças políticas e militares da esquerda revolucionária. O apelo visava a anulação do ato eleitoral<sup>77</sup>, ainda que sem explicitar essa intenção.

“A 5.ª Divisão apela ao voto em branco como voto de confiança no processo revolucionário por parte de quem se sinta incapaz de optar partidariamente”<sup>78</sup>.

O historiador António Reis critica estes militares por sobreavaliarem “a ignorância e a hesitação de muitos eleitores procurando assim instrumentalizá-las em favor do *MFA*”<sup>79</sup>.

Mas o caso do voto em branco era apenas uma das muitas ações que a 5.ª Divisão havia desencadeado contra o *Conselho da Revolução* e que “extravasou as suas atribuições iniciais”<sup>80</sup> e a sua dimensão hierárquica. Aquele que é tido como o primeiro incidente com a *Comissão Coordenadora* foi a publicação de um artigo, no *Boletim do MFA* de 20 de outubro, da autoria do

<sup>67</sup> Henrique Soares, et. al., “Entrevista com Manuel Beganha: “Em Tempo de Mudança, a História do Século XX””, in *Centro de Documentação 25 de Abril / Universidade de Coimbra* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999), SP.

<sup>68</sup> Ver, por exemplo: SA, *Vão à Escola? Não, vão votar!*; MFA, *Vão À Escola? Não, Vão Votar!*, (Lisboa: MFA - Dinamização Cultural, 1975).

<sup>69</sup> Tais como Armando Alves, José Rodrigues, Teixeira Lopes, Alberto Carneiro, Querubim Lapa, João Abel Manta, entre outros.

<sup>70</sup> Ver, por exemplo: José Jorge Letria, *A Canção Política Em Portugal*. (Lisboa: Edições “Opinião”, 1978).

<sup>71</sup> In Carlos Coutinho, *Companheiro Vasco*, (Porto: Editorial Inova, 1977) estão reunidos muitos desses produtos literários da autoria de José Saramago, Eugénio de Andrade, Urbano Tavares Rodrigues, Ruy Luís Gomes, Alice Vieira, José Jorge Letria, A. Garibaldi, António Ramos Rosa, Armando Silva Carvalho, Eugénia de Melo e Castro, Egitto Gonçalves, José Viale Moutinho, entre muitos outros SA, 103..

<sup>72</sup> Sanches Osório, *Os Equívocos do 25 de Abril* (Aveiro: Editorial Intervenção, 1975), 58.

<sup>73</sup> Varela Gomes, *A Contra-revolução de Fachada Socialista*, 165.

<sup>74</sup> Figueira, João, *A Revolução da Vergonha* (Braga: Lateral, 1977), 140

<sup>75</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 39.

<sup>76</sup> Manuela Preto, *Tortura depois de Abril* (Lisboa: Lateral, 1977), 169.

<sup>77</sup> Rui de Brito, *Anatomia das Palavras - Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 96

<sup>78</sup> António Reis, “O processo de democratização”, in *Portugal 20 anos de Democracia*, dir. António Reis (Lisboa: Temas e Debates, 1996), 30.

<sup>79</sup> António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, 44.

<sup>80</sup> Vasco Lourenço cit in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço: Do Interior da Revolução*, 300.

coronel Varela Gomes, em que este militar criticava as opções do ministro da Economia.

“É talvez o primeiro grande choque entre duas linhas, duas concepções, que mais tarde vêm a formar dois grupos, o dos nove e o dos gonzçalvistas”<sup>81</sup>.

Outros exemplos de antagonismos são consubstanciados pelas iniciativas desenvolvidas com vista à criação de um Supremo Tribunal Militar, a 18 de novembro de 1974, pela publicação do *Memorial da 5.ª Divisão sobre a Atuação do MFA*, de 4 de março de 1975, mas também pela negação do *Plano de Ação Política* (PAP), elaborado no Alfeite a 21 de julho de 1975, sob a responsabilidade do *Conselho da Revolução*. Em alternativa a este último documento, a 5.ª Divisão decidiu apresentar o *Projeto de Aliança Povo-MFA*.

Muitos comunicados, iniciativas, reuniões, assembleias-gerais e protestos seguiram-se, pois a linha seguida pela 5.ª Divisão, e igualmente preconizada pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, não tinha aceitação na ala mais “moderada-conservadora” ou “socialista” do *Conselho da Revolução*, encabeçada por Melo Antunes e Vasco Lourenço. Uma rutura assumida e pública, que levou o primeiro-ministro a pedir a suspensão de Vasco Lourenço do *Conselho da Revolução*.

Este antagonismo entre Vasco Lourenço e Vasco Gonçalves/5.ª Divisão estava bem presente na vida pública de então, envolvendo movimentações militares nos quartéis e acalorados discursos políticos. De recordar, por exemplo, o discurso extremamente radical que Vasco Gonçalves proferiu numa visita à *Sorefame*, a 17 de maio, perante os trabalhadores da empresa<sup>82</sup>.

Por sua vez, o então jovem capitão e elemento do *Conselho da Revolução*, Vasco Lourenço, “desmultiplicando-se em sucessivas reuniões”<sup>83</sup>, organizou uma “assembleia-pirata” de oficiais da Escola Prática de Infantaria de Mafra, em julho de 75, para conseguir um apoio unânime com vista, entre outras resoluções, a viabilizar a “dissolução da 5.ª Divisão”<sup>84</sup>. Uma deliberação que serviria para forçar o *Conselho da Revolução* a tomar medidas contra a 5.ª Divisão.

Vivia-se o *Verão Quente* e, durante um dos intrincados processos de rutura política no interior do MFA<sup>85</sup>, o presidente Costa Gomes assinou, por proposta do *Conselho da Revolução*, a 25 de agosto de 1975, a “desativação” da 5.ª Divisão e, dois dias depois, o COPCON, assalta as suas instalações<sup>86</sup>. Sintomaticamente, a 30 de agosto, Costa Gomes demite o V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves.

Otelo Saraiva de Carvalho descreve, da seguinte forma, o assalto do COPCON, que chefiava:

*‘Recebi a ordem do general Costa Gomes. Ele deu a ordem mas eu julgo que foi o Conselho da Revolução que o pressionou para acabar com a 5.ª Divisão. “Temos que a eliminar”, disse o presidente, pelo que eu respondi: “Meu general, vai ser tramado fazer uma ação armada para fechar aquilo!”. Mas lá chamei o Jaime Neves e dei a ordem. Ele agarrou numa companhia de comandos e foi às Janelas Verdes.’* (Otelo Saraiva de Carvalho)

O coronel Abreu Arriscado é nomeado, a 3 de outubro, para encerrar administrativamente a 5.ª Divisão e criar uma unidade substituta, tendo sido seus assessores o tenente-coronel Ramalho Eanes e os majores Loureiro dos Santos e Tavares Pimentel. No entanto, a “liquidação administrativa da 5.ª Divisão prologou-se até 25 de Novembro”<sup>87</sup>, já que a CODICE só recebeu

<sup>81</sup> *Ibidem*, 333.

<sup>82</sup> Vasco Lourenço cit. in Sousa e Castro, *Capitão de Abril, capitão de Novembro* (Lisboa: Guerra e Paz, 2008), 185.

<sup>83</sup> António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, 50.

<sup>84</sup> Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro* (Lisboa: Bertrand, 1979), 112.

<sup>85</sup> Nomeadamente com a perda de influência do PCP no Conselho da Revolução; a rutura entre Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço; e a ascensão da ala mais moderada liderada pelo major Melo Antunes, conhecida pelo *Grupo dos Nove* in Ricardo Miguel Gomes, *A Imprensa Diária Portuguesa no Período Revolucionário (1974-1975)*, (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2005), 45.

<sup>86</sup> Muitos pormenores do assalto são contados no livro: José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975* (Lisboa: Jornal ‘Expresso’, 1976), 143-148.

<sup>87</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 23.

ordem do *EMGFA* para suspender as suas atividades nesta data. Três dias mais tarde, mais precisamente a 28 de novembro, o *EMGFA* emite dois mandatos de captura: um para o coronel Varela Gomes e outro para o capitão Duran Clemente<sup>88</sup>.

Mesmo estando encerrada, a 5.ª *Divisão* é apontada por alguns autores como uma das forças por detrás da intentona golpista que culminou no 25 de Novembro<sup>89</sup>.

## 6. Discussão

Após esta exposição sobre a criação, evolução e encerramento da 5.ª *Divisão*, assim como uma tentativa de compreender quais foram as suas principais competências e ações, propomo-nos centrar o artigo no segundo objetivo deste trabalho: perceber a relação entre o então primeiro-ministro Vasco Gonçalves e esta estrutura militar.

Há abundantes indícios de que a 5.ª *Divisão*, mesmo tendo sido formalmente chefiada pelo coronel de cavalaria Robin de Andrade (de 7 de outubro 1974 a 20 de julho de 1975) e pelo 1º tenente médico-naval Ramiro Correia (de 20 julho de 1975 a 25 de agosto de 1975), foi, em grande medida, dirigida por aquele que apontam como tendo sido o seu primeiro líder: Vasco Gonçalves.

Por isso, as ações da 5.ª *Divisão* eram vistas, por muitos opositores, como “autopromocionismo”<sup>90</sup> do então primeiro-ministro, também ele acusado de estar ao serviço do PCP na disseminação e aplicação da ideologia marxista-leninista. Para muitos, a 5.ª *Divisão* foi, nas mãos de Vasco Gonçalves, uma “oficina ideológica”<sup>91</sup>, uma “central de intoxicação”<sup>92</sup>, um instrumento de “colonização ideológica”<sup>93</sup>, um propagador de “ondas de medo”<sup>94</sup>, capaz de “matraquear uma ideologia monolítica”<sup>95</sup> e de promover o “monolitismo da informação”<sup>96</sup>.

Contudo, o vínculo ao PCP foi sempre negado por Vasco Gonçalves, para quem essas insinuações não passavam de “calúnias”<sup>97</sup> e, por isso, com um teor “absolutamente falso”<sup>98</sup> e “errado”<sup>99</sup>, como sublinhou perentoriamente na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro. Admitiu apenas ser um ativista<sup>100</sup> da luta de classes, mas sem militar no PCP.

Já em relação à cumplicidade entre Vasco Gonçalves e a 5.ª *Divisão*, são vários os acontecimentos e as referências que demonstram a sua veracidade. Na entrevista que nos concedeu, Loureiro dos Santos critica a 5.ª *Divisão* por ser ‘um órgão de propaganda’ de um ‘radicalismo exagerado muito ligado ao governo gonçalvista’ e Vasco Lourenço é peremptório: ‘É lógico que [a 5.ª *Divisão*] trabalhavam para ele [Vasco Gonçalves]’. E José Gomes Mota vai mais longe e chama à 5.ª *Divisão* “Estado-Maior dos gonçalvistas”<sup>101</sup>.

Acrescente-se, a respeito desta cumplicidade, que o antigo primeiro-ministro mantinha uma longa relação de amizade com aquele que, mesmo tendo sido só o “adjunto do chefe” da 5.ª

<sup>88</sup> Conhecido como o coordenador da produção de filmes e documentários propagandístico para a RTP.

<sup>89</sup> SA, *25 de Novembro: Breve panorama gráfico e noticioso duma crise* (Lisboa: Terra Livre, 1976); L. Pereira Gil, *25 de Novembro: Anatomia de um golpe* (Lisboa: EDITUS, 1976); Álvaro Henrique Fernandes, *Portugal nem tudo está perdido* (Lisboa: Ulmeiro, 1976); e entre outros.

<sup>90</sup> Eduardo Lourenço, *Os militares e o Poder* (Lisboa: Arcádia, 1975), 153.

<sup>91</sup> José Freire Antunes, *O Segredo do 25 de Novembro*, 67.

<sup>92</sup> *Ibidem*, 161.

<sup>93</sup> Cit. in John Andrade, *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. (Lisboa: Nova Arrancada, 2002), 60.

<sup>94</sup> A. Neves Anacleto, *A Inventona do 28 de Setembro: Quem a Fez?* (Lisboa: Edição do Autor, 1976), 167.

<sup>95</sup> Rui de Brito, *Anatomia das Palavras - Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 139.

<sup>96</sup> Fernando Pacheco de Amorim, *Portugal Traído* (Madrid: Autor, 1975), 169.

<sup>97</sup> José Pedro Castanheira, “Vasco Gonçalves”, *revista Única*, 18 de junho 2005, 83.

<sup>98</sup> *Idem*.

<sup>99</sup> Vasco Gonçalves cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 197.

<sup>100</sup> Vasco Gonçalves cit. in José Pedro Castanheira, “Vasco Gonçalves”, *Revista Única*, 18 de junho 2005, 79.

<sup>101</sup> José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975*, 143.

*Divisão*, desde cedo se tornou uma figura omnipresente e incontornável desta estrutura militar: o coronel Varela Gomes<sup>102</sup>. Proeminentes combatentes antifascistas, Vasco Gonçalves e Varela Gomes estiveram juntos no fracassado *Golpe da Sé*, de 12 de março de 1959.

Vasco Gonçalves tinha também, desde os tempos do Colégio Militar, uma forte amizade com outro dos chefes da 5.ª *Divisão*, Robin de Andrade, que era igualmente tido como um elemento próximo do PCP. Havia, portanto, uma relação próxima e de manifesta confiança entre os três militares: Vasco Gonçalves, Varela Gomes e Robin de Andrade.

Quando a queda do Governo de Vasco Gonçalves se começou a desenhar, em particular após o comício do PS na Fonte Luminosa, em Lisboa, a 19 de julho de 1975, o ataque ao PS e ao *Grupo dos Nove* veio precisamente da 5.ª *Divisão*, através de uma ruidosa campanha imortalizada pelo tema: “Força, Força, Companheiro Vasco” (Grupo outubro). Tratou-se de uma campanha de promoção do primeiro-ministro com profuso recurso a cartazes, músicas, palestras, lançamento de livros e outros eventos apologeticos que personificavam em Vasco Gonçalves a aliança entre o povo e o *MFA*.

Importa sublinhar que o ocaso da 5.ª *Divisão* é concomitante com o crepúsculo político de Vasco Gonçalves, facto que parece indiciar uma relação de dependência entre ambos. Não será, certamente, por coincidência que apenas três dias depois de os Comandos terem encerrado a 5.ª *Divisão*, a 27 de agosto, o presidente Costa Gomes demite o V Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves. A queda da criatura arrasta o seu criador? Ou vice-versa?

Outro caso de “apoio caloroso e inequívoco a Vasco Gonçalves”<sup>103</sup> foi a capa do *Diário de Notícias* do dia 23 de julho de 1975, que é manchada com um dos lemas da 5.ª *Divisão*: “Força, força, companheiro Vasco...”. À influência gonçalvista não terá sido, de resto, alheio o saneamento de 22 redatores do mesmo jornal, a 27 de agosto de 1975.

Mas Vasco Gonçalves contesta, dizendo que “passou-se à margem das [suas] decisões e até conhecimento”<sup>104</sup> e havia sido uma “inteira surpresa”<sup>105</sup>. A verdade é que, verificando a muita literatura do PREC, é difícil dissociar Vasco Gonçalves da 5.ª *Divisão*. No fundo, a 5.ª *Divisão* traduzia-se num programa de “apoio de massas à volta da sua [Vasco Gonçalves] figura de «homem do povo» e «Messias» da revolução democrática nacional”<sup>106</sup>.

É bom lembrar que no *Verão Quente*, e temendo o assalto ao poder por parte dos socialistas, a 5.ª *Divisão* (com o apoio do PCP e de vários agrupamentos de extrema esquerda<sup>107</sup>) chega a preparar uma guarda especial a Vasco Gonçalves, entre os dias 23 e 24 de agosto:

“Na perspetiva de um golpe à força, a 5.ª *Divisão* manteve-se mobilizada, montando um posto de apoio na residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento”<sup>108</sup>.

Vasco Lourenço, quando questionado sobre esta ligação entre o então primeiro-ministro e a 5.ª *Divisão*, não hesita em referir que ‘eles [a 5.ª *Divisão*], a determinada altura, estavam declaradamente ao serviço de Vasco Gonçalves’. E acrescenta:

‘Faziam comunicados muito agressivos, ao arripio do próprio Conselho da Revolução. Houve uma altura que ou eram eles, ou era eu, porque a 5.ª *Divisão* Militar tinha tomado o freio nos dentes’ (Vasco Lourenço).

<sup>102</sup> Autor de três livros sobre a 5.ª *Divisão*: *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de março e de 25 de Novembro de 1975, A contrarrevolução de fachada socialista e O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*.

<sup>103</sup> Adelino Gomes, José Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos Do Prec*, (Lisboa: Expresso/Público, 2006), 274.

<sup>104</sup> Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002), 226.

<sup>105</sup> *Ibidem*, 226.

<sup>106</sup> Rui de Brito, *Anatomia das Palavras - Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 67.

<sup>107</sup> António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Alfa, 1992), 52.

<sup>108</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975* (Lisboa: Ler Editora, 1984), 83.

O apelo ao voto em branco é mais um acontecimento que evidencia esta proximidade entre o antigo primeiro-ministro e a 5.ª Divisão, na medida em que há uma clara sintonia de pontos de vista sobre esta matéria, como confirma Vasco Gonçalves:

“Em vez de irem votar influenciados por A, B ou C, e sem a consciência plena do que iam fazer, seria mais correto, mesmo de um ponto de vista ético, que dessem o seu voto em branco”<sup>109</sup>.

São vários os episódios, factos e factoides que evidenciam similitudes nas intenções e na harmonia da ação política destes dois atores institucionais. Mas há um dado importante que pode inverter esta tese: a 5.ª Divisão nunca foi uma estrutura una e indivisível.

Na opinião de todos os entrevistados, houve sempre dois grupos distintos. No início os “spínolistas” e os “pró-Comissão Coordenadora”; e, a partir do 11 de março, formaram-se os “gonçalvistas”, na vanguarda da revolução “e em proveito da esquerda radical”<sup>110</sup>, e os “moderados” ou “pró-Conselho da Revolução”. A complexidade destas duas fações pode ser personificada por um dos chefes da 5.ª Divisão, Robin de Andrade, que entrou como “oficial da confiança do general Spínola”<sup>111</sup> mas acabou por acompanhar todos os “exageros” do PREC ao lado de Varela Gomes e de Vasco Gonçalves.

### Conclusão

Fica então um contributo para se melhor compreender *o que era a 5.ª Divisão, que técnicas usava, o que desenvolveu de pioneiro e quem fora mas principais figuras* de uma estrutura que poderá ser equiparada a um contemporâneo gabinete de comunicação governamental.

No entanto, não é possível confirmar que este “laboratório revolucionário”<sup>112</sup> estivesse inequivocamente sob as ordens do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, pois a sua complexidade e a dos seus atores não permitem definir uma única 5.ª Divisão. Isto apesar dos factos, personagens e acontecimentos demonstrarem que esta estrutura militar serviu amiúde como máquina de propaganda desse mesmo primeiro-ministro.

Afirma-se, porém, e com a ressalva necessária sobre a componente militar e revolucionária, que a 5.ª Divisão foi a primeira estrutura pública portuguesa num período de liberdade a desenvolver um profissional e sofisticado trabalho de comunicação política governamental, nomeadamente através da tentativa de controlo de informação interna, da tentativa de manipulação e intimidação de jornalistas, das campanhas de instrumentalização da opinião pública, entre muitas outras. Aliás, técnicas muito semelhantes ao que, atualmente, no mundo anglo-saxónico, chamam de *spin doctoring*.

<sup>109</sup> Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 162.

<sup>110</sup> António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Alfa, 1992).

<sup>111</sup> SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975* (Lisboa: Ler Editora, 1984), 30.

<sup>112</sup> Ramiro Correia cit. in Maria Inácia Rezola, 25 de Abril: Mito de uma Revolução. (Lisboa: Esfera do Livro, 2007), 95.